



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 4141

**Presidente da Mesa Diretora:** Gilberto Wagner Martins Pereira Antunes

**Espécie:** Projeto de Lei

**Categoria:** Pendentes, rejeitados, sobrestados, prejudicados, retirados de pauta, não votados

**Autoria:** José Hélio Guimarães de Carvalho

**Data:** 01/04/1993

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI S/Nº/1993. (REJEITADO). Dispõe sobre gratuidade no serviço de transporte coletivo urbano para os acompanhantes de deficientes físicos.

**Controle Interno – Caixa:** 27.2

**Posição:** 03

**Número de folhas:** 03

---

Espécie: P  
Categoria: Leis

Al: 27.2

Ordem: 03

Nº fls: 01



## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_

Autor: Vereador José Hélio Guimarães

Assunto:

Dispõe sobre gratuidade no serviço de transporte coletivo urbano para os acompanhantes de deficientes físicos.

Caixa

### MOVIMENTO

1 Recebido em 01.04.93

2 À Com. de Leg. e Justiça em

3 SOBREITADO P/ 15 DIAS - 15.04.93

4 Aprovado em 1ª votação - 04.05.93

5 REJEITADO EM 2ª " - 06.05.93

6 Arquivado -

7

8

9

10



# Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_

Dispõe sobre gratuidade no serviço de transporte coletivo urbano.

A Câmara Municipal de Montes Claros (MG) aprova e eu sanciono a seguinte Lei :

Artigo 1º - Além dos casos já previstos na Constituição Federal e na Lei Municipal nº 1721, de 18 de outubro de 1988, fica instituída a gratuidade no serviço de transporte coletivo urbano neste Município para os acompanhantes de deficientes físicos, quando estes, comprovadamente, não possuírem condições para se locomoverem sem ajuda de terceiros.

Artigo 2º - O acompanhante somente se beneficiará da gratuidade a que se refere o artigo anterior, quando dos deslocamentos do deficiente para tratamento em clínicas médicas ou para frequentar escolas especializadas, devendo o mesmo comprovar tal situação através de documento fornecido pelas referidas entidades.

Artigo 3º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencerem, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém e declara.

Sala das sessões, 01 de abril de 1993.

  
Vereador José Hélio Guimarães



**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
A COMISSÃO DE Justiça  
EM 24 DE maio DE 1993  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

A matéria no artigo de  
e' inconstitucional, apesar de  
seu paralelo ao verbo

*[Handwritten signatures]*

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO POR  
EM 04 DE maio DE 1993  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
REJEITADO EM 2ª DISCURSSAO POR  
EM 06 DE maio DE 1993  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE